

Cadernos de estágio

# Panoptismo pedagógico: autonomia e liberdade dos docentes em vertigem

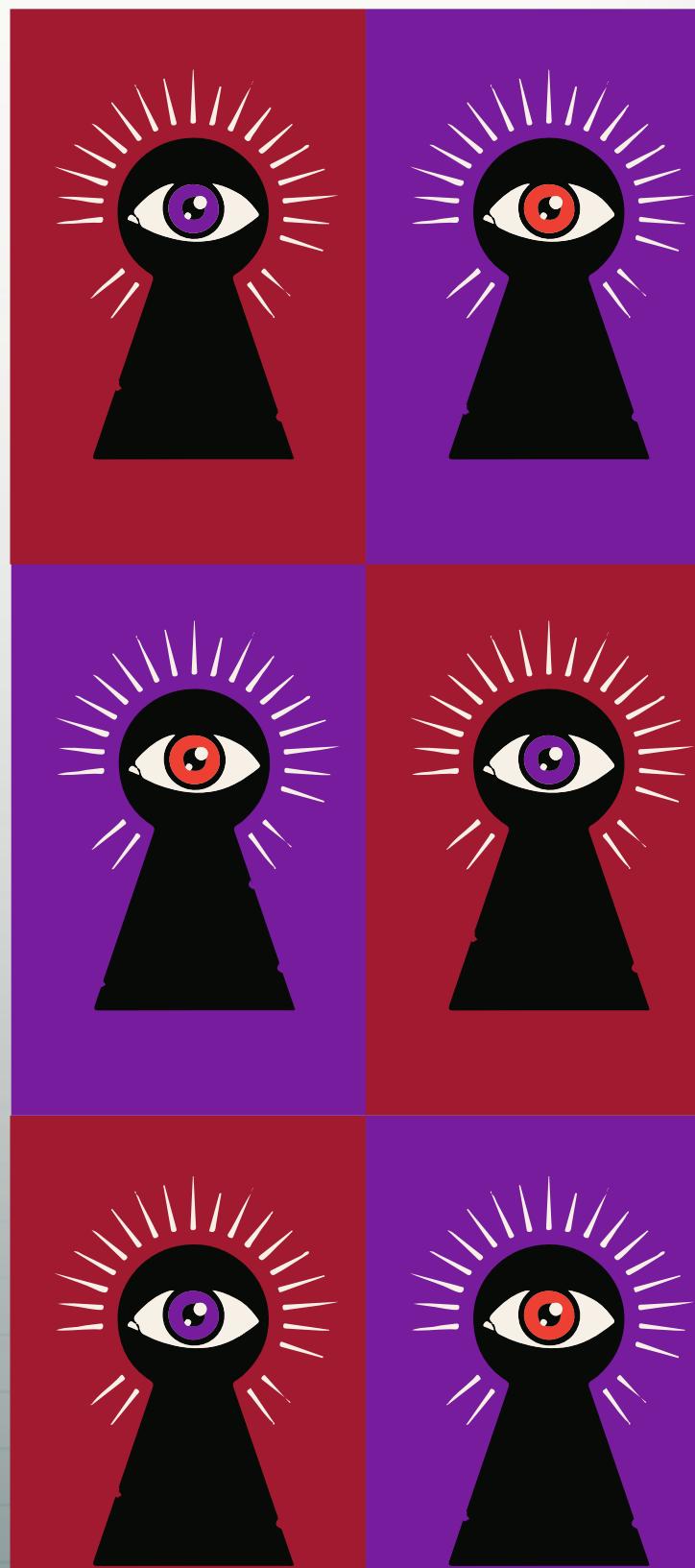
Rafael Matias de Souza

## Informações

1 rafael20240004745@alu.uern.br

## Como citar este texto

SOUZA, Rafael Matias de. Panoptismo pedagógico: Autonomia e liberdade dos docentes em vertigem. Cadernos de Estágio, v. 7, n. 2, 2025. DOI: [10.21680/2763-6488.2025v7n2ID39090](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2025v7n2ID39090).



Cde

Volume 7, N2  
Julho - Dezembro  
Submetido em: 07 de Fevereiro de 2025  
Publicado em: 14 de Outubro de 2025

ISSN: 2763-6488

## RESUMO

Este artigo analisa o panoptismo na educação a partir de uma reflexão observacional realizada durante um estágio de Licenciatura em Geografia em uma escola pública. Com base em Bentham (2008) e Foucault (1987), discute-se como a padronização curricular, avaliações constantes e tecnologias de monitoramento transformam a escola em um espaço de regulação disciplinar, limitando a criatividade docente. A vigilância contínua restringe a adaptação do ensino às necessidades dos alunos, enquanto políticas educacionais centralizadas priorizam resultados quantitativos, comprometendo a liberdade pedagógica. A experiência do estágio evidenciou a tensão entre controle e autonomia no cotidiano escolar. Diante disso, enfatiza-se a necessidade de uma educação mais democrática e participativa, que valorize a autonomia dos professores e adote um currículo flexível. Argumenta-se que superar o panoptismo educacional exige fortalecer a liberdade pedagógica e implementar práticas inovadoras e inclusivas, promovendo uma formação crítica e transformadora.

33

**Palavras-chave:** Panoptismo educacional; Autonomia docente; Liberdade pedagógica.

## ABSTRACT

This article analyzes panoptism in education from an observational reflection carried out during a Geography Teaching Degree internship in a public school. Based on Bentham (2008) and Foucault (1987), it is discussed how curriculum standardization, constant evaluations and monitoring technologies transform the school into a space of disciplinary regulation, limiting teacher creativity. Continuous surveillance restricts the adaptation of teaching to the needs of students, while centralized educational policies prioritize quantitative results, compromising pedagogical freedom. The internship experience evidenced the tension between control and autonomy in the school routine. In view of this, the need for a more democratic and participatory education is emphasized, which values the autonomy of teachers and adopts a flexible curriculum. It is argued that overcoming educational panoptism requires strengthening pedagogical freedom and implementing innovative and inclusive practices, promoting critical and transformative training.

**Keywords:** Educational panoptism; Teacher autonomy; Pedagogical freedom.

## INTRODUÇÃO

O conceito de panoptismo, inicialmente concebido por Jeremy Bentham (2008) e posteriormente expandido por Michel Foucault (1987), oferece uma poderosa metáfora para entender os mecanismos de controle e vigilância que permeiam diversas instituições modernas, incluindo a escola. No ambiente educacional, o panoptismo se manifesta através de práticas e políticas que buscam monitorar e regular o comportamento de docentes, bem como também dos discentes, impondo uma conformidade às normas e expectativas institucionais. Desde a padronização dos programas até o uso de tecnologias de monitoramento, a educação se torna um espaço onde a vigilância constante molda as práticas pedagógicas e o comportamento dos indivíduos. Michel Foucault expressa sobre essas regulamentações em instituições, onde

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 1987, p. 167).

34 O presente texto explora como o panoptismo influencia a dinâmica das relações dentro do ambiente escolar, limitando a autonomia e a criatividade dos professores e alunos, ao mesmo tempo que apresenta alternativas para promover uma educação mais democrática e emancipadora. O impacto do panoptismo na autonomia docente é um tema de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas de controle e vigilância nas instituições educacionais. Através do conceito de panoptismo, inspirado nas ideias de Jeremy Bentham (2008) e aprofundado por Michel Foucault (1987), é possível visualizar como mecanismos de supervisão afetam não apenas o comportamento dos educadores, mas também sua autonomia e sua liberdade pedagógica e capacidade de inovação em suas aulas. Além disso, a presença de sistemas de controle na educação, como avaliações padronizadas e monitoramentos constantes, leva a uma padronização curricular que limita a liberdade dos professores.

Esse fenômeno resulta na imposição de práticas pedagógicas focadas em resultados imediatos, como a aprovação em testes, vestibulares, exames de seleção, muitas vezes em detrimento de um ensino mais repetitivo e pouco criativo sem levar em conta as adaptações e às necessidades específicas dos alunos. A constante vigilância, tanto física quanto através de indicadores de desempenho, gera um ambiente de insegurança e inibe a autonomia dos docentes, prejudicando seu desenvolvimento profissional e a qualidade da educação oferecida.

Além disso, o panoptismo transforma o ambiente escolar em um espaço de controle hierárquico, afetando negativamente a relação entre professores e alunos. Em vez de um espaço colaborativo e de confiança, o ambiente se torna repleto de desconfiança mútua, onde cada ação é potencialmente monitorada e julgada.

Issomina a liberdade pedagógica e a criação de uma educação mais humanista e participativa. Diante desse cenário, é mister que políticas educacionais priorizem o desenvolvimento da autonomia docente, criando condições para que os professores possam inovar e adaptar suas práticas pedagógicas sem a constante pressão da vigilância e da padronização. É necessário também repensar os modelos de avaliação e supervisão, buscando alternativas que valorizem a diversidade pedagógica e promovam um ambiente educacional mais inclusivo e libertador.

## O papel do docente na sociedade contemporânea

35

Na sociedade contemporânea, numa perspectiva positivista, o papel do docente transcende a mera propagação de conhecimentos, como afirmam Ferreira e Souza (2010, p.165) “o aluno ainda continua sendo o receptáculo e o professor, o detentor do conhecimento. E, assim, a aprendizagem permanece pautada na memorização”, e abrange uma série de responsabilidades que são fundamentais para o desenvolvimento integral dos indivíduos e, por extensão, da sociedade como um todo. Em um mundo marcado por instantâneas transformações tecnológicas, sociais e econômicas, os professores, como um dos principais disseminadores do conhecimento, se tornam agentes essenciais na formação de cidadãos críticos, criativos e preparados para enfrentar os desafios do futuro. Luiz Cláudio Gomes de Abreu (2002, p. 4), afirma que

Precisamos estar atentos para o que as novas tecnologias nos proporcionam e nos conclamam, ou seja, as mudanças nas instituições de ensino com o objetivo de superar a fragmentação curricular que tanto limita as relações estabelecidas dentro e fora do espaço escolar pelas novas gerações norteadas por um modelo educacional, que não atende as suas expectativas e as afasta de um universo holístico relacional e em constante dinâmica, no qual estamos inseridos.

Antes de tudo, é importante destacar que os docentes são, além de propagadores, são também mediadores do conhecimento. Eles não apenas ensinam conteúdos específicos, mas desenvolvem habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos. No contexto corrente, onde a informação está amplamente disponível através do ciberespaço, o papel do professor como facilitador do aprendizado ganha ainda mais relevância. Ele auxilia os alunos a navegar por esse vasto mar de informações, ensinando-os a discernir fontes confiáveis, a pensar criticamente e a aplicar o co-

nhecimento de forma prática e ética.

Além de mediadores do conhecimento, os professores atuam como formadores de valores. A sala de aula é um espaço onde se aprende muito mais do que disciplinas convencionais como a matemática, a literatura ou as ciências biológicas; é um ambiente onde se cultivam normas de conduta pautadas no respeito, na tolerância, na responsabilidade e na empatia. Esse ator/mediador, ao promover um ambiente de inclusão e respeito, contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo, mesmo em tempos de polarização política e conflitos sociais.

Outro aspecto importante do papel do docente na sociedade contemporânea é sua função como promotor da inovação e do pensamento crítico. Convive-se em um período técnico-científico-informacional, conforme Santos (1996), onde a inovação tecnológica é constante e onde problemas complexos exigem soluções criativas e interdisciplinares. Os professores são responsáveis por estimular a curiosidade e o pensamento crítico nos alunos, encorajando-os a questionar, experimentar e desenvolver novas ideias.

Esse estímulo à inovação é fundamental para que os estudantes se tornem protagonistas de suas próprias trajetórias e possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Acerca desse viés, Marinho (2017, p. 256) expõe que

Como a subjetividade é um fio central de constituição e exercício de poder na governamentalidade na condução das condutas, a educação, sendo uma das atividades que se exerce sobre esse fio, se torna um elemento central na formação de contra condutas. E nesse âmbito, o cuidado de si se mostra um ethos importante nessa batalha. A educação como formação de contra condutas, como recusa da educação normativa e da pastoral da obediência que ronda a educação.

Ademais, os docentes se configuram como elementos primordiais na construção de uma sociedade mais crítica. Sendo a educação um dos principais mecanismos de mobilidade social, com o desempenho dos docentes num papel vital ao garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, credos, orientação sexual, raça, cor etc, tenham acesso a uma educação e a esse estímulo de protagonista da sociedade ao invés de serem meros coadjuvantes. Quando há uma identificação dos anseios e problemas dos discentes, torna-se mais contundente o apoio a eles. Sendo essa identificação notória e o apoio atuante, torna-se mais leve o enfrentamento mediante as dificuldades sofridas por eles. Sobre esse assunto, Larrosa (2022, p. 25) expressa que os profissionais da educação devem

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação,

cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

No entanto, é importante reconhecer os desafios enfrentados pelos docentes na sociedade contemporânea e inseridos nesse panoptismo pedagógico. Essa profissão muitas vezes é marcada por condições de trabalho adversas, como salários baixos, excesso de carga horária, magistério destoante da realidade e falta de recursos (para)didáticos.

Outrossim, os professores frequentemente enfrentam pressões decorrentes de políticas educacionais que priorizam resultados em testes padronizados em detrimento de uma educação mais holística e significativa. Esses desafios podem impactar negativamente a motivação e o bem-estar dos professores, refletindo-se, consequentemente, na qualidade da educação oferecida. Para que os docentes possam desempenhar plenamente seu papel na sociedade contemporânea, é fundamental que sejam valorizados e apoiados. Isso inclui não apenas melhorias salariais e condições de trabalho, mas também investimentos em formação continuada e oportunidades de desenvolvimento profissional. Políticas educacionais que promovam a autonomia docente e reconheçam a complexidade e a importância do trabalho dos professores, são essenciais para a construção de um sistema educacional mais eficaz.

Ademais, o papel do docente na sociedade contemporânea é complexo e de extrema importância. Além de mediadores do conhecimento, os professores são formadores de valores, promotores da inovação e agentes de inclusão social. Para que possam cumprir essas funções de maneira eficaz, é necessário que sejam devidamente valorizados e apoiados. Apenas com um corpo docente motivado e bem preparado pode-se construir uma sociedade mais educada, justa e inovadora.

## O conceito de panoptismo na educação

O conceito de panoptismo, originalmente desenvolvido por Jeremy Bentham (2008) no século XIX, refere-se a uma estrutura arquitetônica projetada para permitir a vigilância constante dos prisioneiros por um observador invisível. Posteriormente, o filósofo Michel Foucault (1987) expandiu essa ideia, utilizando-a como uma metáfora para ilustrar os mecanismos de controle social nas instituições modernas. No contexto educacional, o panoptismo se manifesta através de práticas e políticas que buscam monitorar, regular e/ou padronizar o comportamento dos docentes, bem como os dos discentes, influenciando profundamente as metodologias da sala de aula e o ambiente escolar como um todo. Sobre esse fato Guimarães

(1987, p.71) apresenta que “a eficácia da escola foi vista muito mais enquanto instituição que normaliza comportamentos do que instituição que objetive a aprendizagem dos alunos”.

A aplicação do panoptismo na educação pode ser observada em diversos aspectos. Preliminarmente, observa-se o sistema de avaliações padronizadas, bem como imposições de projetos temáticos em desacordo com uma gestão democrática, onde o próprio docente teria protagonismo. Ascende-se em um controle sobre o currículo dos conteúdos, seja qual for a área de conhecimento, e as práticas pedagógicas, pressionando os professores a alinhar suas preleções em salas de aula a parâmetros pré-estabelecidos. Esse processo de uniformização curricular, na base da imposição, limita a autonomia docente, Freire (2004), reduzindo a capacidade dos educadores de adaptar o ensino às necessidades e interesses específicos dos alunos. A constante vigilância exercida através de testes padronizados e avaliações periódicas cria um ambiente de ansiedade e competição, tanto para os alunos quanto para os professores. Além das avaliações, a utilização de tecnologias de monitoramento nas escolas reforça o panoptismo pedagógico. Sobre esse viés, Silva (1994, p. 252) expressa que

38

A regulação e o governo dos sujeitos e das populações são mecanismos necessários para canalizar suas capacidades para objetivos produtivos, no sentido de utilidade para o poder [...] O que caracteriza a sociedade contemporânea é precisamente o caráter difuso desses mecanismos de regulação e controle, dispersos que estão em uma ampla série de instituições e dispositivos da vida cotidiana. A educação é certamente um desses dispositivos, central na tarefa de normalização, disciplinarização, regulação e governo das pessoas e das populações.

Câmeras de vigilância, sistemas de rastreamento de presença e plataformas digitais que registram o desempenho dos professores e estudantes são ferramentas que permitem uma observação contínua das atividades escolares. Embora esses recursos sejam frequentemente justificados como medidas de segurança e eficiência, eles também contribuem para a criação de um ambiente de controle social constante, onde cada movimento (atitude) pode ser monitorado e avaliado. Conforme afirma o geógrafo Fernando Camillo Santos Cano

A vigilância é o exemplo dessa afirmação, pelo qual, atualmente, identifica-se é monitorado as ações cotidianas num determinado espaço através de câmeras e sistemas de consulta. A tecnologia obtida pelo monitoramento em tempo real através de câmeras permite que qualquer trabalho possa vir a ser controlado, desde as ações que um indivíduo executa, como também, suas relações e diálogos com outras pessoas. (CANO, 2020, p. 524).

Outro aspecto importante do panoptismo na educação é a supervisão administrativa e a padronização das práticas pedagógicas. Supervisores e gestores escola-

res, muitas vezes, impõem diretrizes rígidas sobre como as aulas devem ser conduzidas, o que deve ser ensinado e como os professores devem interagir com os alunos, assim como se portar diante desse público.

Essa supervisão intensa pode sufocar a criatividade e a inovação, uma vez que os docentes se veem obrigados a seguir um roteiro pré-estabelecido, com pouco espaço para a experimentação e a adaptação às realidades específicas de suas turmas. O impacto do panoptismo na educação vai além do controle direto sobre as práticas pedagógicas. Ele também influencia a percepção que os professores e alunos têm de si mesmos e de seu papel no processo educativo. A constante vigilância pode levar a um sentimento de autorregulação, onde os indivíduos internalizam as normas e expectativas impostas pela instituição, ajustando seu comportamento para evitar punições ou reprovações. Esse processo de automonitoramento pode minar a confiança e a autonomia dos professores, tornando-os menos propensos a questionar ou desafiar as práticas estabelecidas. No entanto, é importante reconhecer que o panoptismo na educação não é um fenômeno inescapável.

Existem estratégias e práticas que podem ser adotadas para mitigar seus efeitos e promover um ambiente educacional mais livre e autônomo, tanto em escolas da rede privada, quanto nas públicas. A valorização da formação continuada dos docentes, a promoção de um currículo flexível e a criação de espaços de diálogo e reflexão coletiva são medidas que podem fortalecer a autonomia dos professores, melhorarem suas autoestimas e incentivar práticas pedagógicas inovadoras. Acerca da formação continuada, a pesquisadora Bernardete A. Gatti expressa que

Trabalhos sobre formação em serviço ou continuada e desempenho de professores têm analisado as dificuldades de mudança nas concepções e práticas educacionais desses profissionais em seu cotidiano escolar. Em geral os mentores e implementadores de programas ou cursos de formação continuada, que visam a mudanças em cognições e práticas, têm a concepção de que, oferecendo informações, conteúdos, trabalhando a racionalidade dos profissionais, produzirão a partir do domínio de novos conhecimentos mudanças em posturas e formas de agir. (GATTI, 2003, p. 192).

Portanto, o conceito de panoptismo na educação revela os mecanismos de controle e vigilância que permeiam o ambiente escolar, influenciando profundamente as práticas pedagógicas e a dinâmica das relações entre docentes e discentes. Embora esses mecanismos possam limitar a autonomia e a liberdade dos docentes, é possível adotar estratégias que promovam um ambiente educacional mais democrático e emancipador, onde a criatividade e a inovação possam ser desenvolvidas. A compreensão crítica do panoptismo e de suas implicações é o primeiro passo para a construção de uma educação verdadeiramente transformadora. Nisso, o educador Paulo Freire corrobora que

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. (FREIRE, 1967, p. 142).

## Escola como instituição normalizadora

O ambiente escolar, concebido como espaço de aprendizado, também é um espaço de controle. A organização das salas de aula, o agrupamento por séries e idades, horários rígidos e a supervisão constante por professores são elementos que reproduzem o modelo panóptico.

Alunos sabem que estão sendo observados, ainda que não saibam exatamente por quem ou quando, o que cria um mecanismo de disciplina que os leva a agir de forma adequada, não por um vigilante presente, mas pela internalização da possibilidade de estarem sendo observados. Para Foucault (1987), essa vigilância e normalização não são apenas estruturas subjetivas de controle, mas um modelo de poder que se manifesta em diversas esferas sociais.

A escola emerge como uma das principais instituições responsáveis pela disseminação desse sistema de vigilância e normalização, desempenhando um papel central na formação de indivíduos conforme padrões sociais prefixados. Percebe-se que na atualidade o ambiente escolar tem se transformado significativamente com a introdução de diversos mecanismos de controle e vigilância, medidas que, muitas vezes justificadas como vitais para garantir a segurança dos alunos e o bom funcionamento das instituições educacionais, levantam importantes questões éticas, sociais e educacionais que merecem reflexão crítica. O sociólogo Diego Coletti Oliva contribui que

Nas instituições panópticas, como os hospitais, prisões e escolas, a arquitetura do olhar era organizada de forma a interiorizar a visibilidade nos indivíduos, garantindo que esses se adequassem às normas vigentes, e não que se sentissem protegidos ou seguros graças à presença do olhar. (OLIVA, 2021, p. 11)

Um dos principais mecanismos de controle no ambiente escolar é o uso de câmeras de vigilância, como já elencadas acima. Instaladas em corredores, salas de aula, pátios e áreas comuns de convivência, essas câmeras são projetadas para monitorar atividades e comportamentos dos professores, estudantes, funcionários e visitantes.

Mesmo que a intenção originária seja aumentar a segurança, seu uso levanta preocupações sobre a privacidade e a liberdade individual dentro do espaço escolar. Segundo Amaral et al. (2015, p. 83) corrobora com essa ideia, onde afirma que “diante desse modelo de constante vigilância concluiu-se que a segurança, privaci-

dade e liberdade estão diretamente ligadas, pois todas sofrem influência do modelo panóptico e tratam do mundo digital”.

A constante vigilância pode criar um ambiente de desconfiança e inibição, onde alunos e professores se sentem constantemente observados e avaliados. Além das câmeras, sistemas de controle de acesso também são comuns em muitas escolas. Portões com leitores de cartões, catracas eletrônicas e outros dispositivos são utilizados para regular a entrada e saída de pessoas nas instalações escolares.

Esses sistemas garantem a segurança física dos alunos e previnem acessos não autorizados, mas sua implementação pode restringir o acesso ao espaço escolar e criar uma atmosfera de segregação, especialmente em comunidades onde há preocupações com violência ou vandalismo. Acerca dessa vertente, AMARAL *et al.* expõe que

A relação do panoptismo com a segurança é crescente, em vez que a criminalidade está elevada no contexto social, os métodos de vigilância se tornam eficazes e palpáveis. Além dos métodos físicos de segurança (câmeras, alarmes, cadeias), há também, o modo de coerção psicológica, conduzindo o indivíduo delituoso a não cometer o mesmo desvio de conduta, sejam eles por meios traumatológicos ou por medo dos castigos (pena). (AMARAL *et al.*, 2015, p. 90)

Em relação aos aspectos tecnológicos no ambiente escolar, práticas tradicionais de controle disciplinar e imposição de regras comportamentais ainda são comuns na contemporaneidade. Supervisores, diretores e professores desempenham papéis de vigilância para garantir a conformidade com as normas do estabelecimento escolar. Embora necessárias para manter a ordem, essas práticas podem restringir a autonomia dos alunos e reprimir sua individualidade.

Sendo esse uso excessivo, acerca do controle, pode-se criar um ambiente de conformidade, prejudicando a criatividade e o desenvolvimento pessoal. Para evitar isso, é importante equilibrar a segurança com a liberdade, promovendo um espaço de aprendizagem que respeite a privacidade, incentive a responsabilidade e valorize a participação ativa dos alunos. Sobre esse assunto, Rogério Luís Marques de Mello afirma que

Fundados nos prejuízos que o mau uso de uma câmera possa acarretar, as normas pleiteadas, em geral, pugnam que: a) os “olhos eletrônicos” sejam utilizados para propósitos específicos, pré-definidos, sérios e importantes, e que estes propósitos sejam transparentes e explícitos; b) as câmeras de vigilância sejam ajustadas às necessidades e adaptadas às situações; c) soluções alternativas e menos prejudiciais à privacidade sejam consideradas ou testadas antes do uso das câmeras; d) o real impacto do uso das câmeras de vigilância seja avaliado; e) seja gravado apenas o necessário e que as gravações sejam devidamente protegidas; f) os operadores do sistema sejam devidamente treinados sobre as regras de proteção ao direito de privacidade etc. (MELLO, 2018, p. 15).

A vigilância na escola vai além do aspecto físico. Regras comportamentais, códigos de conduta e práticas avaliativas são formas sutis de controle que operam para garantir a conformidade com as expectativas sociais e comportamentais. A avaliação contínua, seja por notas, provas ou observações de comportamento, torna-se um instrumento de poder que classifica, hierarquiza e distingue os “bons” alunos dos “maus” ou “indisciplinados”, regulando e moldando comportamentos conforme padrões de normalidade.

Contribui-se com esse argumento, a vigilância dos docentes por parte de alunos e funcionários pertencentes às famílias de outros docentes e da coordenação (gestão) da mesma escola. Esse monitoramento é exercido até por pais de estudantes que pagam a mensalidade “em dia” e se acham no direito de exigir da instituição o monitoramento dos professores na escola, dentro das salas de aula e até de suas redes sociais. Essa normalização, é um conceito amplamente discutido por Foucault (1987) e refere-se ao processo de ajuste dos indivíduos às normas pré-estabelecidas pela sociedade e/ou instituições.

Na escola, essa normalização é sistemática e disciplinada, moldando comportamentos desde a educação infantil até o ensino superior. Pontualidade, obediência, respeito à hierarquia e aceitação da autoridade são constantemente exigidos, preparando os indivíduos para viver em uma sociedade regulada por normas. Mecanismos como o uso de uniforme e a imposição de currículos padronizados são exemplos claros de como a escola impõe homogeneidade, apagando as diferenças e individualidades. Gomes e Azevedo (2011) certificam que

Entre os principais instrumentos de monitoramento, citamos: a) avaliação: do desempenho de alunos, pedagógico dos professores, das ações da escola, das políticas públicas educacionais; b) indicadores: de rendimento escolar (aprovação, repetência e abandono), de conclusão das etapas de ensino, dos insumos escolares (espaço e equipamentos, relação do número de alunos por docente), e de qualidade da educação; e c) índices (a razão entre dois ou mais indicadores, ou variáveis). (GOMES; AZEVEDO, 2011, p. 6644).

Apesar dos avanços tecnológicos nas escolas, ainda é comum o uso de métodos tradicionais de disciplina e imposição de regras de comportamento. Dessa forma, supervisores, diretores e professores atuam como responsáveis pela vigilância e pelo cumprimento de normas. Embora essas ações sejam importantes para manter a ordem, elas também podem limitar a autonomia dos estudantes. Quando o controle é exercido de forma excessiva, o ambiente escolar tende a favorecer a obediência cega, o que pode comprometer a criatividade e o crescimento individual dos alunos. Por isso, é fundamental buscar um equilíbrio entre segurança e liberdade, criando um ambiente educativo que respeite a privacidade, estimule a responsabilidade e valorize a participação ativa de todos os membros que pertencem à comunidade escolar.

## Impactos do panoptismo na autonomia docente

A vigilância ininterrupta no âmbito pedagógico pode ter impactos significativos na vida profissional e pessoal dos professores, afetando sua capacidade de inovar, exercer juízo crítico e adaptar suas execuções pedagógicas às necessidades específicas dos alunos. Um dos principais reflexos desse fenômeno é a padronização dessas ações educativas. Afirma-se que em sistemas educacionais que privilegiam excessivamente avaliações padronizadas e metas quantitativas de desempenho, os docentes frequentemente se veem obrigados a seguir um currículo prescrito e a adotar metodologias de ensino voltados predominantemente para a preparação de exames de seleção, como simulados, vestibulares, ENEM etc. Isso restringe, como exemplifica, Freire (1967), a liberdade dos educadores de explorar abordagens educacionais diversificadas, que poderiam atender melhor às necessidades individuais dos estudantes. O sentimento de coação e impotência vivenciado pelos professores em ambientes de vigilância constante, pode ser profundamente angustiante.

Suas decisões didáticas e até mesmo a forma de interação com os alunos, ficam em delírio, tendo em vista que esse profissional estará mais preocupado em seguir regras rígidas do que em atender às necessidades peculiares de cada estudante. A pressão contínua para se adequar a padrões externos inibe a espontaneidade e a inovação no ensino, levando-o a sentir-se desprovido de agência sobre sua própria sala de aula e sobre sua prática. Em vez de melhorar o processo educacional, essa sentinela pode gerar insegurança, medo, estafa, ansiedade, depressão, alienando o professor de seu papel de mediador do conhecimento e enfraquecendo a conexão genuína com os discentes.

O sentimento de impotência aumenta à medida que o docente percebe que sua voz é silenciada por uma estrutura que prioriza o controle e a conformidade em detrimento do desenvolvimento de relações educativas autênticas. Além da padronização curricular, o panoptismo no ambiente escolar também se manifesta por meio de práticas intensas de monitoramento e avaliação. Os professores são avaliados frequentemente com base em indicadores de desempenho quantitativos, como taxas de aprovação, notas em testes, formulários de desempenho docente e índices de frequência. Essa constante vigilância pode levar os docentes a adotar uma postura defensiva, focando mais em atender às expectativas administrativas do que em proporcionar uma educação significativa e personalizada. A pressão por resultados mina a confiança dos professores em suas capacidades e compromete sua motivação intrínseca para ensinar.

Outro impacto significativo do panoptismo é a restrição da liberdade acadêmica

e da autonomia pedagógica. Políticas educacionais centralizadas e regulamentações burocráticas frequentemente limitam a escolha dos professores sobre métodos de ensino, materiais didáticos e estratégias de avaliação que melhor se adaptem às necessidades de suas turmas. Essa falta de flexibilidade pode resultar em uma educação mais padronizada e menos sensível às diversidades e complexidades do contexto escolar contemporâneo. O panoptismo também pode afetar a relação entre professores e alunos, transformando-a em uma dinâmica mais hierárquica e controladora.

A vigilância constante cria um ambiente de desconfiança mútua, no qual ambos se sentem monitorados e avaliados continuamente. Isso inibe a comunicação aberta, a colaboração e o desenvolvimento de relações de confiança, fundamentais para um ambiente educacional saudável e produtivo. Para mitigar os efeitos negativos do panoptismo, é essencial implementar políticas que valorizem a autonomia profissional dos docentes e incentivem a experimentação pedagógica. Isso inclui oferecer espaços para a formação continuada, apoio institucional para práticas inovadoras e a adoção de abordagens avaliativas mais holísticas, que reconheçam a diversidade de habilidades e conhecimentos dos alunos.

44

Em suma, o panoptismo na educação impõe desafios à autonomia docente, limitando a capacidade de inovar, exercer juízo crítico e personalizar a prática pedagógica. Para promover uma educação mais inclusiva, criativa e adaptada às necessidades dos alunos, é fundamental repensar os modelos de controle e vigilância no ambiente escolar, garantindo maior liberdade acadêmica e respeito à autonomia dos educadores.

## Desafios e oportunidades

No cenário educacional contemporâneo, a liberdade pedagógica, segundo Freire (1981), se apresenta em um campo de tensões, dividida entre desafios significativos e oportunidades promissoras. Essa liberdade diz respeito à autonomia dos docentes em tomar decisões sobre métodos de ensino, currículo e avaliação, ajustando a experiência educativa de forma personalizada às necessidades individuais dos alunos. Entretanto, tal autonomia enfrenta obstáculos que variam desde políticas educacionais restritivas até pressões sociais e econômicas. O educador Paulo Freire (1967, p. 4) faz alusão a liberdade pedagógica, onde

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de “professor” e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor”.

A liberdade pedagógica enfrenta sérios entraves, sendo a padronização curricular e a centralização das políticas educacionais alguns dos principais desafios. Em muitos sistemas educacionais, a ênfase excessiva em avaliações padronizadas e metas quantitativas para aprovações em exames de seleção que levarão a um “prestígio” da instituição de ensino, quer seja pública ou privada, força os professores a seguir currículos prescritos, práticas em desconformidades as suas práticas de conteúdos e uniformes a imposição pedagógica do estabelecimento de ensino.

Essa rigidez compromete a capacidade dos docentes de adaptar suas aulas às necessidades específicas de seus alunos e a seguir seus próprios cronogramas e planejamentos de aula, inibindo a exploração de abordagens de interdisciplinariedades e variadas formas pedagógicas inovadoras que poderiam enriquecer o processo de aprendizagem. A professora Isabel Lelis complementa com o mesmo argumento acima, onde

Com relação ao primeiro aspecto, não se trata apenas de aumento de tempo do trabalho, mas também da ampliação das tarefas a que os professores são chamados a desempenhar, seja pelas mudanças na composição social do público escolar, seja pela implementação de reformas educacionais com visíveis impactos no cotidiano do trabalho em sala de aula. (LELIS, 2012, p. 156).

Os professores frequentemente enfrentam expectativas conflitantes de pais, gestores escolares, legisladores e da sociedade, o que influencia suas escolhas didáticas. A busca por resultados imediatos e visíveis tende a privilegiar práticas tradicionais de ensino, focadas na preparação para testes, em detrimento do desenvolvimento integral das habilidades dos estudantes. Além disso, a escassez de recursos adequados e o apoio institucional insuficiente dificultam a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. Muitos educadores carecem de infraestrutura adequada, materiais didáticos e oportunidades de desenvolvimento profissional, o que impede a adoção de metodologias voltadas à criatividade, ao pensamento crítico e à colaboração.

Apesar desses desafios, a liberdade pedagógica oferece oportunidades valiosas, destacando-se a personalização do ensino conforme as necessidades individuais dos alunos. Com maior autonomia, os professores podem adaptar o currículo e suas estratégias de ensino para atender melhor aos interesses e estilos de aprendiza-

gem, promovendo um ambiente mais inclusivo e eficaz. A liberdade pedagógica também facilita a exploração de novas metodologias que estimulam a criatividade e o pensamento inovador, como a aprendizagem baseada em projetos, a educação experiential, o uso de tecnologias educacionais e métodos colaborativos, essenciais para o desenvolvimento de habilidades do século XXI, como trabalho em equipe, comunicação, pensamento crítico e resolução de problemas.

Além disso, professores com autonomia podem se tornar agentes de transformação em suas comunidades escolares, inspirando colegas, engajando os alunos de maneira significativa e promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e melhoria constante. Em suma, a liberdade pedagógica é crucial para a qualidade e relevância da educação. Embora os desafios impostos por políticas educacionais restritivas, pressões sociais e a falta de recursos sejam consideráveis, essa autonomia permite um ensino mais personalizado, inovador e adaptado às necessidades dos alunos. Para que seus benefícios sejam plenamente aproveitados, é essencial investir em apoio institucional, recursos adequados e formação profissional contínua, criando um ambiente educacional que prepare os alunos para os desafios e oportunidades na contemporaneidade.

46

## Conclusão

Conclui-se que o conceito de panoptismo, quando aplicado ao contexto educacional, evidencia a presença de mecanismos de controle e vigilância que permeiam o ambiente escolar, restringindo a autonomia de docentes e discentes. Práticas como a padronização curricular, a supervisão contínua e o uso de tecnologias de monitoramento instauraram um espaço educacional regido por normas rígidas e vigilância constante, o que impacta negativamente a criatividade, a inovação pedagógica e o desenvolvimento individual. No entanto, é possível mitigar tais efeitos por meio da promoção de uma educação mais democrática e participativa, que valorize a autonomia dos professores, a formação continuada e um currículo flexível, adequado às necessidades dos alunos.

Essa abordagem crítica pode contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, emancipador e voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. A reflexão sobre territorialidade e poder no contexto educacional permite associar o panoptismo às dinâmicas de controle que moldam o cenário contemporâneo da educação. Tal como as facções criminosas exercem controle sobre territórios específicos, políticas educacionais centralizadas e práticas de avaliação padronizadas limitam a liberdade pedagógica, criando uma espécie de “panóptico”

que vigia e regula o trabalho dos docentes. O panoptismo na educação se manifesta pela vigilância constante sobre os professores, seja por meio de metas de desempenho, avaliações quantitativas ou pela conformidade a currículos rígidos.

Esse controle sistemático restringe a autonomia docente, impondo práticas padronizadas e, muitas vezes, descontextualizadas, que sacrificam a inovação e a capacidade de personalizar o ensino de acordo com as necessidades dos alunos. A pressão por resultados quantitativos transforma o processo educacional em um ambiente de controle, comprometendo a criatividade e o pensamento crítico, essenciais para uma educação significativa. Ademais, as práticas pedagógicas rígidas, a vigilância administrativa e a precariedade de recursos impedem que o professor atue como mediador do conhecimento, conforme os princípios freireanos, que valorizam o diálogo e a liberdade pedagógica. Esse contexto gera um poder simbólico que limita o protagonismo dos educadores, dificultando que exerçam plenamente seu papel de agentes de transformação social.

Portanto, para superar os desafios impostos pelo panoptismo educacional, é necessário repensar o modelo de controle e vigilância nas instituições de ensino, promovendo políticas que valorizem a autonomia docente, incentivem a inovação pedagógica e favoreçam um ambiente inclusivo e diversificado. Somente assim será possível garantir uma educação que realmente forme cidadãos críticos, inovadores e capazes de transformar suas realidades.

47

## Referências

ABREU, Luiz Cláudio Gomes de. Mediação e emoção: A arte na aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 25., Salvador, 2002. **Anais** [...] Salvador, 2002. p. 188-188.

AMARAL, Bernardo Mello Scheer do et al. PANOPTISMO: a constante vigilância. **Jornal Eletrônico**, Juiz de Fora, n. 7, p. 83-91, dez. 2015.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. 2. ed. Traduções de: Guacira Lopes Louro; M. D. Magno; Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 202 p.

CANO, Fernando Camillo Santos. **O monitoramento do espaço escolar:** a utilização de câmeras de vigilância nas aulas de geografia. Diversitas Journal. Santana do Ipanema, p. 523-530. jan. 2020.

FERREIRA, Amanda de Oliveira; SOUZA, Maycon Jefferson José de. A redefinição do papel da escola e do professor na sociedade atual. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 3, n. 12, p. 165-175, set. 2010. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.2010002>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 348 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

\_\_\_\_\_, **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 157 p.

\_\_\_\_\_, **Ação Cultural Para a Liberdade**: e outros escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 120 p.

48

GATTI, Bernardete A. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: **Cadernos de Pesquisa**: A QUESTÃO PSICOSSOCIAL, São Paulo, n. 119, p. 191-204, jun. 2003.

GOMES, Márcia Bueno; AZEVEDO, Luiz Carlos Tramujas de. A prática do monitoramento da educação no município e na escola. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 1., 2011, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: PUCPR, 2011. p. 6642-6654. Disponível em: <http://www.juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Monitoramento-de-escolas.pdf>

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância**: punição e depredação escolar. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 69-75, jan. 1987.

LARROSA, Jorge. **A operação ensaio**: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2004.

LELIS, Isabel. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Dossiê**: Sociologias, Porto Alegre, v. 29, n. 14 , p. 152-174, jan. 2012.

MARINHO, Cristiane Maria. **A potência da educação de subjetividades insur-**

**gentes para uma política outra.** In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (org.). Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se? São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017. p. 249-268.

MELLO, Rogério Luís Marques de. VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DAS RUAS: privatização dos espaços públicos e publicização da vida privada. **USP**, São Paulo, n. 1, p. 1-18, jun. 2018. Semestral.

OLIVA, Diego Coletti. OLHOS DO MEDO: entre segurança e controle em uma sociedade vigiada. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, Curitiba, v. 2, p. 1-13, maio 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Tomas Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 247- 258.